

Fármacos e indústria farmacêutica no Brasil *

A ação predatória das multinacionais no campo de insumos, fármacos ou medicamentos e especialidades farmacêuticas

FÁBIO FONSECA E SILVA **

1. *Introdução*; 2. *A panorâmica da inventiva mundial*; 3. *O Brasil no jogo das multinacionais*; 4. *Insumos*; 5. *Fármacos ou medicamentos para o uso humano*; 6. *Especialidades farmacêuticas*; 7. *Expectativas, perspectivas e intenções*.

1. Introdução

Somos dos que acreditam que os fenômenos naturais, do homem e da sociedade, não podem ser colocados em categorias estanques, próprias das concepções de cérebros metafísicos. Somos dos que acreditam na interdependência e interpenetração fenomenológicas.

Eis, então, que o problema da ascensão da farmacologia à crista dos fenômenos sociais engloba uma variedade de problemas complexos, remetidos à urbanização, à produção fabril, à comunicação social, às neuroses situacionais, à poluição em todas as suas formas, às emergências educacionais, tecnológicas e cibernéticas, bem como à sua implicação sobre a soberania e liberdade dos povos.

* Artigo especialmente elaborado para este número da *Revista de Administração Pública*.

** Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados. Ex-membro da Comissão Nacional de Saúde, no exame do Plano Nacional de Saúde.

Dentro desta postura metodológica, compulsemos um planisfério e rebusquemos a memória dos últimos acontecimentos históricos do século, sem qualquer intenção de fazer escola, mas simplesmente de verificar o problema sob nova ótica.

Em primeira constatação, verificamos que a aurora desta centúria foi marcada por convulsões sociais, políticas e econômicas que abrangem desde a Guerra dos Boers, nos estertores da colonização inglesa na África, passando pela expansão japonesa na Mandchúria, pelo avanço czarista sobre Constantinopla, pelo início da colonização italiana na Etiópia, pela ascensão dos totalitarismos europeus, que acabaram por desembocar na II Grande Guerra.

Numa segunda visão, a “vão de pássaro”, verificaremos o refluxo do processo: a expulsão dos japoneses da Mandchúria, a dos italianos da Etiópia, o recuo russo em Constantinopla, a independência de inúmeras colônias inglesas. Ao refluxo do colonialismo político seguiu-se, porém, colonialismo econômico e tecnológico. Ao barulho dos clarins e ao rufar dos tambores em retirada, entraram, silenciosamente, as garras aduncas do neocolonialismo científico ou “cientificioso”.

Mas os povos aprenderam a reconhecer a malícia dos sorrisos e os alfinetes nos apertos de mão! Os países em vias de desenvolvimento descobriram a necessidade premente de controlar seus próprios recursos, principalmente energéticos e construtores, através de nacionalizações e estatizações, sem que se malograssem seus esforços administrativos, numa resposta otimista às previsões das aves de mau agouro.

Acompanhando o fluxo mundial, o Brasil estatizou e monopolizou suas principais fontes de energia, bem como alguns outros setores básicos da economia. A movimentação trabalhista extraiu algumas conquistas sociais importantes, como a jornada de oito horas, a estabilidade funcional, a aposentadoria e a assistência médico-previdenciária. Foi por esta última janela que a moderna farmacologia do após-guerra penetrou, criando a publicidade médica, dirigida inclusive à automedicação, através do controle sobre toda a organização publicitária, na criação de um mercado artificial, que deu como resultado a transferência, cada vez maior, para o exterior, de direitos sobre patentes, sob a forma de *royalties* e taxas de administração sobre medicamentos importados.

Demonstrou-se, pois, mais uma vez, que o povo estava obrigado a uma nova aprendizagem, porque o problema farmacológico tornou-se, a partir daí, um sistema de causação circular cumulativa, que só se pode estancar por fatores exógenos como, por exemplo, a participação do Estado, através da Central de Medicamentos, fase preliminar da criação de uma indústria química de base capaz de estimular o talento e a tecnologia de gênese nacional, que já começou a produzir seus frutos, pela síntese dos ácidos salicílico e acetilsalicílico, as sulfonamidas e a sulfanilamida. E no Ins-

tituto de Tecnologia e Alimentação de Campinas, o Prof. André Tozzello já está na fase semipiloto da benzativa e o Prof. Marcus Mares Guia, de Minas Gerais, está na fase inicial da criação da insulina, retirada dos cristais de pâncreas de suínos e bovinos, assim como também de esteróides.

Simultaneamente, os esforços da ciência descobriram que a cura das doenças, salvo casos raros, não se radica na ação de quimioterápicos, antibióticos, corticóides ou esteróides, mas na urdidura mesma das relações humanas, em ação preventiva, razão pela qual a Organização Mundial de Saúde encampou a nova definição de saúde como “um perfeito estado de higidez física, mental e social”, que coloca a primazia da política sobre quaisquer outras ciências, porque envolve o sistema de distribuição da renda, da necessidade ou não de se socializar a medicina, do acesso à alimentação saudável, aos bens de consumo, à habitação condigna, à proteção ocupacional, ao direito a formas elevadas de lazer e de cultura.

A par disto, vivemos hoje no clima da chamada distensão. As distensões, que no sistema médico de comunicação significam o destacamento produzido pelo esforço muscular do periósteo, que se insere na superfície dos ossos ou de suas ranhuras, passaram a significar o abrandamento dos ossos e das ranhuras internacionais entre governos de filosofias diferentes, adaptada agora pelo ínclito Presidente Ernesto Geisel às ranhuras e ossos do momento político brasileiro.

De nossa parte, entendemos que os problemas internos da política nacional recorrem aos externos: é preciso estancar, a qualquer custo, a hemorragia da remessa de lucros, dos *royalties* e das taxas de administração sobre serviços de empresas estrangeiras, realizados dentro do País, de modo a propiciar a adequada transferência de tecnologia, que nos levará à posição de equilíbrio — e aí propriamente se poderia falar em verdadeira distensão econômica — com a natureza, com o homem e com a sociedade.

Paradoxalmente, entretanto, a situação externa se apóia sobre as debilidades internas: a estrutura fundiária do Brasil, em grande parte herdada do tempo e do sistema de capitánias hereditárias, está composta de latifúndios improdutivos, cuja única função é sustentar hipotecas bancárias para a especulação imobiliária nos grandes centros, bem como de minifúndios impotentes para a produção em larga escala, seja para uma economia de mercado, seja para uma economia planificada.

A necessidade da reforma agrária, prometida pela Revolução de 64, impõe-se a cada momento, e se agudiza à medida que a importação de maquinaria e artigos manufaturados de consumo fazem duplicar e triplicar as exportações de bens primários, política que a um tempo empobrece ainda mais o homem do campo e obriga à sistemática e constante desvalorização da moeda, para tornar-se competitiva nos mercados internacionais.

A vista disto, os capitais estrangeiros passam a gerir camadas e áreas cada vez mais vastas da economia nacional, como ocorre agora com a intromissão particular alienígena do “King Ranch” e do Projeto Jari, também nas prolíferas áreas adjacentes ao rio São Francisco, na região de Três Marias, adquiridas recentemente pelo multimilionário norte-americano Daniel Ludwig, que já as transferiu, em testamento, para entidades filantrópicas dos Estados Unidos, o que nos traz a ansiedade e o perigo da repetição, aqui, do fenômeno expansionista que expropriou ao México o Texas, a Califórnia e o Novo México.

Se a meta do desenvolvimento econômico é o homem, seu primeiro objetivo deve ser a posse da terra, sobre a qual repousam seus pés. Exorcizado o primeiro pecado do binômio latifúndio-imperialismo, poderemos, então, falar adequadamente de “milagre”, porque o corolário dos processos da dominação nos será devolvido por acréscimo.

Só aí, então, teríamos o controle efetivo sobre nossos minerais preciosos, semipreciosos, ferrosos e não-ferrosos, estratégicos e atômicos; só aí, então, o controle efetivo da produção, comercialização e consumo do café solúvel, do leite em pó, condensado, desnatado ou evaporado; o controle da produção e comercialização da carne e derivados enlatados, dos óleos comestíveis, da aveia laminada e do milho “maisenizado” e enlatado; o controle efetivo da publicidade e dos meios de comunicação de massa, e só aí poderíamos falar em controle das endemias e pandemias que assolam o País, paliativadas pela pulverização constante, venenosa e extorsiva dos defensivos químicos, principais poluentes da atmosfera, das vias fluviais e do próprio hùmus.

Aí poderíamos entrar, triunfalmente e de cabeça erguida, na luta competitiva para a posse dos mais modernos bens científicos, como os computadores, os duplicadores xerográficos, os servomecanismos e — quem sabe? — até os recursos avançados da corrida espacial.

Quando tudo isto acontecer, os medicamentos voltarão a ser o que sempre deveriam ter sido: recursos excepcionais para doenças cada vez mais excepcionais.

2. A panorâmica da inventiva mundial

O bolo mundial é igual a 4 milhões de inventos no decênio 1964/1973. E o Japão surpreende o mundo com o maior número de inventos. As estatísticas oficiais demonstraram que de 64 a 73 foram depositados, no mundo, 4 575 mil novos pedidos de patentes, à média de mais ou menos 400 mil por ano. Trata-se, portanto, de um aperfeiçoamento industrial procedente de todos os países: grandes, médios e pequenos, que vêm enriquecer e aprimorar cada vez mais a tecnologia mundial. Não obstante, o domínio da inventiva,

no mundo, está com apenas seis países: Estados Unidos, Japão, União Soviética, Alemanha Ocidental, Inglaterra e França.

No órgão oficial, o Bureau International de Propriétés Industrielles, com sede em Genebra, Suíça, o Brasil ocupa o 17º lugar. Se considerarmos que nesses valores há cerca de 25% de inventos importados, quer dizer, inventos não genuinamente nacionais, veremos que a dependência, em termos de criatividade, expressa o quadro de todas as demais dependências, onde toda a produtividade nacional em produtos agrícolas é subordinada à posição de reboque de nossa tecnologia. Perdeu-se de vista a necessidade de continuar a política substitutiva de importações, que no passado foi a criadora e fortalecedora de uma burguesia genuinamente nacional. Faz-se necessária, a curto prazo, a retomada desta política, porque o trânsito das riquezas agrícolas dentro das fronteiras brasileiras, em função de seu desenvolvimento autônomo, é a única maneira de dar solução definitiva às crises sucessivas, políticas, culturais e econômicas, que têm na divisão internacional do trabalho a sua geratriz.

Por isto mesmo é que, quanto ao bolo da exportação, os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar, embora não o ocupem em valor quantitativo, enquanto o Brasil se encontra em 33º lugar na exportação da inventiva. Isto significa dizer que, na América do Norte, as matrizes que produzem inventos consomem aproximadamente US\$ 90 bilhões, enquanto suas filiais norte-americanas, localizadas em quase todos os espaços do universo, produzem perto de US\$ 540 bilhões.

Mais importante, ainda, é citar que os norte-americanos detêm todas as patentes inventivas das mais essenciais ao consumo e ao bem-estar de uma sociedade. Bastaria, tão-somente, citar que, para 52 grandes empresas americanas há apenas 6 alemãs, 4 inglesas, 7 francesas, 10 japonesas, 2 suíças, 4 holandesas, 2 italianas, 1 belga e 1 sueca.

Junto com isto, a inoperância da inventiva multinacional no Brasil é chocante. As razões dessa inoperância combinam-se às razões de sua própria política de manutenção da faixa já conquistada de amplos mercados com as falhas da política nacional, o que permite o depósito de patentes a título meramente cautelar e de obstrução. Por outro lado, as medidas ditas "de controle", expressas nas Leis nºs 4.131, de 03.09.62 (Remessa de Lucros) e 5.772, de 21.12.71 (Código de Propriedade Industrial), embora signifiquem aperfeiçoamentos da legislação, não a corrigem de modo profundo, no sentido de forçar as multinacionais a trabalhar em proveito do real progresso de nossa coletividade.

A esse respeito, aliás, a inteligência nacional já faz seu diagnóstico, numa conscientização que propiciará, em breve, a correção dessa dependência.

Alexandre Gnocchi,¹ advogado especialista em propriedade industrial e primeiro professor dessa matéria em universidades brasileiras (Engenharia Mackenzie e Álvares Penteado), afirma:

“Dentre o avultado número de depósitos multinacionais no Brasil, muitos deles se constituem de medidas cautelares e de obstrução à exploração local por empresas nacionais ou estrangeiras, inclusive multinacionais de outras procedências. É meramente cautelar, porque visa tão-somente afirmar em seu favor um direito de prioridade, com base nos princípios que regem, no plano internacional, a Convenção de Paris, evitando assim que um pedido de patente depositado no país de origem tombe em domínio público no Brasil. Estas são as diretrizes e instruções dadas pelas matrizes sediadas no exterior.”

Em palestra pronunciada perante a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em 23 de junho de 1975, o Prof. Kurt Politzer também ofereceu importantes subsídios sobre o assunto:

“Tratando-se de bens de consumo, a produção de medicamentos se insere no contexto geral daqueles, caracterizando-se *pelas motivações mercadológicas predominantemente subjetivas e influenciadas por fatores emocionais*, ao contrário do que ocorre com os bens de produção, nos quais prevalecem esforços técnicos de otimização dos fatores produtivos. Nos medicamentos éticos há uma conjugação de elevado esforço técnico *com considerável nível de atuação comercial e de promoção*. Já nos produtos farmacêuticos de livre comércio (tais como os cosméticos) é menor o esforço técnico, *predominando claramente atividades de comercialização intensiva e propaganda de cobertura ampla*.”

Disto se depreende, quase de maneira absoluta, que quanto maior o esforço de “comercialização e propaganda de cobertura ampla” tanto menos essencial é o produto ao consumo humano e tanto mais perniciosa a ação da publicidade na criação de desperdícios sociais.

Por isto, prossegue o autor, “contrariamente à idéia amplamente difundida, o aparecimento de classes de produtos (...) *de estruturas químicas basicamente verdadeiramente novas é bastante reduzido e se tem mostrado decrescente nos países desenvolvidos*. Isto se entende em função do estado científico avançado, *que já levou a uma certa saturação* e em virtude das sérias exigências de ensaios biológicos, médicos, comprovações farmacológicas e comprovações clínicas impostas pelos órgãos especializados dos países desenvolvidos”.

Tudo isto visa obstruir a exploração local. As multinacionais procuram, com patentes de barragem, afastar os concorrentes e perpetuar a exportação de bens e serviços para o Brasil, ao mesmo tempo que, com base nos depósitos de patentes, têm condições de

¹ Gnocchi, Alexandre. Patentes multinacionais no Brasil. In: Ministério da Indústria e Comércio, Instituto Nacional de Propriedade Industrial. *Código das Patentes*. Rio de Janeiro, 1975.

bloquear iniciativas paralelas de outras multinacionais, na acirrada luta entre elas próprias, pela conquista do mercado nacional.

3. O Brasil no jogo das multinacionais

Não se sabe, até hoje, por que nosso Código de Propriedade Industrial propicia o sigilo em torno dos depósitos de patentes, protelando sua publicação em órgão oficial e, conseqüentemente, sua divulgação, por 18 meses, enquanto estabelece o prazo de 24 meses para realização do exame das patentes.

E todas essas patentes têm origem multinacional, o que talvez se justifique em relação aos países de elevada produção inventiva, mas não quanto aos países em desenvolvimento, como o Brasil. Para nós, convém a adoção do sistema de depósitos abertos, a fim de permitir o conhecimento rápido dos progressos tecnológicos nos vários países; suprir, através desse conhecimento, os longos e dispendiosos trabalhos de pesquisa e orientar com segurança, em melhores condições, a contratação da licença.

O Brasil, maior produtor de café do mundo, compra a cafeína; produtor de ipeca, compra a emetina. Ao examinarmos o problema dos remédios no Brasil, podemos dizer, com relativa segurança, que a empresa nacional é uma espécie em extinção dentro da indústria farmacêutica, a qual se encontra 100% sob domínio estrangeiro.

A Resolução nº 36 74, do Ministro Severo Gomes, estendeu aos projetos locais, destinados à produção de matéria-prima farmacêutica, os incentivos fiscais e financeiros concebidos pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial às empresas multinacionais.

No plano empresarial, determinou que as organizações de capital predominantemente brasileiro — a partir de 51% do capital votante — tenham prioridade na concessão de estímulos de qualquer natureza.

Recente pronunciamento do Ministro Severo Gomes² salienta os seguintes aspectos: “A importância do setor farmacêutico para o desempenho da economia nacional está no fato de representar 2,5% da produção e venda da indústria de transformação nacional, além de envolver um contingente respeitável de mão-de-obra: emprega 40 mil pessoas, em grande maioria profissionais qualificados. Esse importante setor da economia nacional importa 85% de todos os produtos que consome nos 450 laboratórios em atividade no País. Em 1974 o quadro já havia apresentado alguns progressos em direção ao interesse nacional, mas ainda importamos 75% dessas matérias-primas.”

“O Brasil exportou 500 mil dólares em antibióticos e 15 milhões em produtos acabados, em 1975, mas quase sempre suas exporta-

² Palestra proferida pelo Ministro Severo Gomes na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em 22.5.75, Brasília, D.F.

ções estavam lastreadas em matérias-primas fabricadas lá fora, à base de substâncias largamente disponíveis no País, como cacau, abacate, pimenta e o próprio café.”

Números em poder do governo mostram que cerca de 50 laboratórios nacionais passaram para controle de grupos estrangeiros nos últimos 15 anos. Dos 450 atualmente em atividade no Brasil apenas 69 pertencem a empresas multinacionais, que, no entanto, detêm perto de 96% da produção e venda. Destes, cerca de 10 controlam toda a tecnologia empregada no setor (Roche, Schering, Bristol, Johnson, Fontoura-Wyeth, Lepetit, Bayer, Sarsa, Hoechst e Ciba).

A tendência agora é para o surgimento de uma indústria farmacêutica brasileira. As empresas brasileiras não pagariam mais *royalties* e até poderiam copiar processos de fabricação no exterior. Em 1974, 22,5% das farmácias em atividades no País foram à falência. É o caso do México, que iniciou há cerca de dois anos um esforço nacional para fazer surgir em seu território uma indústria farmacêutica sem dependência do exterior.

Uma faixa que começa a despertar interesse é o correto aproveitamento das potencialidades da flora brasileira. Em suas amostras e pesquisas de mercado, já identificaram fármacos importados com nomes estrangeiros, que haviam saído de nossas matas para os laboratórios internacionais, de onde voltam ao Brasil.

Mas é importante enfatizar que dos 1.370 fármacos novos, introduzidos no Brasil, praticamente qualquer deles não atende às necessidades de nossas doenças epidemiológicas: a esquistossomose, a doença de Chagas, a oncocerose, a leishmaniose, a filariose, a malária (na forma do *plasmodium falciparum*) etc.

A realidade nacional, ao contrário do que ocorre presentemente, deveria basear-se na ação conjunta do Executivo, do Legislativo e de todos os elementos constituintes e criadores da sociedade no sentido de se organizarem e se compenetrarem de que o saneamento básico é o principal elemento para o desenvolvimento da nossa Nação, impedindo as diversas formas epidemiológicas que assolam o nosso País, em todos os seus quadrantes.

Os fármacos introduzidos em nosso País, na nossa opinião, apenas vieram gerar novas doenças. E continuam as multinacionais no campo de fármacos a produzir antídotos para a cura das doenças criadas por seus próprios fármacos, ou seja, pela iatrogenese médica, por automedicação, pela “empurroterapia”, pela “balconoterapia”, pela modificação molecular da fórmula, ou consentido pela ignorância dos profissionais da área biomédica, que abandonaram os livros para se entregarem aos bulários explícitos dos laboratórios multinacionais, onde a posologia deixou de ser em miligramas por quilo de peso, para ser em baldes, em panelas, em conchas, em colheres de sopa, de sobremesa, de chá, de café

ou em tantos comprimidos ou supositórios de tantas em tantas horas nas suas diversas modalidades de apresentação. Tudo isto por quê? Porque foi retirada, precocemente, das faculdades de medicina, a cadeia de terapêutica clínica. Infelizes dos médicos, que hoje se formam, que estão submetidos às vozes estereofônicas dos propagandistas ou à policromia da propaganda, com o controle audiovisual e com os panfletos que as multinacionais impingem diariamente aos profissionais da área biomédica como sendo uma verdade milagrosa, a nova especialidade lançada, quando na realidade nada mais é do que um antídoto ou uma pequena modificação molecular, com um novo nome, precedido de uma suntuosa e sofisticada forma de propaganda.

Era necessário também que aquilo que as multinacionais produtoras de droga têm em seus países — a Lei Orgânica de fármacos, insumos, cosméticos, alimentos básicos — que estabelecem que quaisquer produtos só podem ser lançados em outros países, depois de experimentados cientificamente em seus países de origem, por um período nunca inferior a dois anos, fosse igualmente empregado no País. Por isto que, ao sul do golfo da Califórnia, os povos latino-americanos têm uma especialização: ser cobaias, ou seja, sujeitos das experiências *in animal nobili*.

Esperamos que o comando da política de saúde, sob a batuta do Sr. Ministro Paulo de Almeida Machado, venha a imprimir uma nova ótica no campo dos fármacos, insumos, cosméticos e alimentos básicos, pois o mesmo já retirou o Ministério da Saúde do ostracismo em que se encontrava, desde os tempos coloniais até sua entrada no ministério.

Não resta também dúvida de que com as idéias e a conscientização com que o Presidente Geisel expôs os problemas sociais, pode-se agora acreditar que tenhamos, em breve, saúde neste País, nestes próximos cinco anos, através do Sistema Nacional de Saúde, que tem um suporte de Cr\$ 110 bilhões para um plano quinquenal.

4. Insumos

O termo "insumos farmacêuticos" é um neologismo dos tecnocratas da economia para se referirem, de modo específico, às substâncias ou princípios ativos retirados do meio vegetal, animal ou mineral, ou através de fermentação e síntese. Poderíamos, também, denominá-los de substâncias químicas ou fármacos, pois o princípio é o mesmo.

Difere tão-somente pelo seu uso e derivação, no campo do saneamento, utilizado no meio-ambiente (água, atmosfera, solo, subsolo, superfícies vegetais) no sentido de desenvolver uma ação de suprimento, substituição ou adição, como adubação, pesticidas, biocidas, herbicidas, antiparasitários, que vulgarmente são cha-

mados de "defensivos", colocando assim em melhores condições, segundo o esquema publicitário das multinacionais, a sobrevivência da fauna e da flora, evitando o desenvolvimento de uma série de fatores poluentes ou carenciais, capazes de originar agentes agressores ao ser humano. Em contrapartida, esqueceram os mesmos veículos de comunicação pseudocientífica de falar dos efeitos colaterais produzidos por esses defensivos, especialmente o DDT, o BHC e os derivados mercuriais.

Estudos têm sido feitos para que possamos alcançar uma produção interna de defensivos agrícolas projetados para o período de 75 a 80 e torná-la economicamente viável, o que significaria garantir o suprimento de matérias-primas básicas para a fabricação de pelo menos 10 inseticidas, 4 fungicidas, 8 herbicidas, diversos adubos. Mas a exploração, seja do fosfato de Patos de Minas, seja do potássio de Sergipe (nas mãos do grupo Lume) continua ainda a ser a grande incógnita nacional, inclusive porque não se sabe como o grupo Lume conseguiu o privilégio da exploração das jazidas existentes em Sergipe, sem ter, até hoje, produzido qualquer coisa de concreto neste campo, o que, aliás, foi motivo de nossa intervenção junto ao Ministro Shigeaki Ueki, no dia 30 de setembro de 1975, da qual não se obteve qualquer resposta satisfatória.

Não há como fugir ao plágio dos que já escreveram sobre o assunto. Tentaremos apenas fazer evoluções em torno de idéias expressas pelo Ministro Alysson Paulinelli.³

"A demanda interna de matéria-prima deverá ser atingida, em parte, por 35 matérias-primas produzidas no País e 28 importadas, mas que também poderiam ser produzidas no País. Já com a importação de matérias-primas, a indústria de defensivos deverá depender, só para a América do Norte, um total de US\$ 142 milhões. O assunto desta demanda de matérias-primas no período considerado será da ordem de 719%, ou seja, 6,8 mil toneladas em 1974 e 56,2 mil em 1980, proporcionando uma média anual de crescimento da ordem de 42%".

Com relação às matérias-primas nacionais, o aumento da demanda interna está projetado em função do crescimento da oferta de defensivos agrícolas, e será de 32% (taxa média anual) e passando de 43.200 mil toneladas em 74, para 225.800 mil toneladas para 1980. Não deixa de ser um fato alvissareiro. O nosso material é representado por soda cáustica, ácido clorídrico, cloro líquido, etanol, benzol, *oleum*, bissulfureto de carbono, sulfato de manganês, ácido sulfúrico e ácido nítrico."

Mas, de tudo isto, depreende-se um fato: a timidez pela qual o empresariado nacional se lança como concorrente dos alienígenas e, depois, a falência dos suportes de ordem econômica, que nor-

³ Palestra proferida pelo Ministro Alysson Paulinelli na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em 2.6.75. Brasília, D.F.

malmente se pretende a curto prazo com o emprego de um pequeno capital, permitem que o nosso empresário se torne presa fácil das multinacionais. Sob esse aspecto, o Prof. Kurt Politzer⁴ é também incisivo:

“Ocorre que, conforme facilmente se verifica, o faturamento brasileiro, representa, para a maioria das multinacionais que operam no setor, entre 1.4 e 3% do faturamento internacional, podendo perfeitamente enfrentar períodos de baixa lucratividade em prol da manutenção da posição no mercado. Já para a empresa brasileira o mercado interno representa, em geral, 100% do seu faturamento, e a lucratividade baixa ou nula causa o agravamento de uma descapitalização até certo ponto crônica, levando a empresa a situações insustentáveis, das quais resulta, via de regra, como único recurso, a venda do controle ou da empresa como um todo a firmas multinacionais, antes que o processo a torne de todo insolvente.”

Quando vemos anunciados os propósitos governamentais, ficamos imaginando se também não deveriam ser anunciadas a severidade e a aplicação austera das normas legais àqueles que descumprissem os contratos de trabalho e os incentivos fiscais recebidos. Senão, vejamos: prevê-se, para 1980, em forma de defensivos agrícolas, 59.028 toneladas de inseticidas; 32.226 de fungicidas, 32.262 de herbicidas; e o suporte vai andar na casa de 1 300 milhões de cruzeiros, dos quais 318 milhões correspondem a recursos internos e 991 milhões a recursos externos. Ai é que vai minha grande dúvida. Têm realmente interesse os fornecedores desses recursos externos em desenvolver tecnologia desde a fase inicial, até a industrialização no Brasil, ou ficará como se encontra até o presente momento? A dúvida se assenta no fato de que quatro países, os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental, a Holanda e a Suíça, importam toda nossa matéria-prima bruta e, depois, nos revendem o produto beneficiado, a custo mais elevado, que desequilibra nosso balanço de pagamentos.

5. Fármacos ou medicamentos para o uso humano

O Brasil não produz, até o presente momento, qualquer fármaco. Apenas faz síntese de alguns já conhecidos. Esperamos que, com as medidas adotadas pelo I Simpósio Nacional de Medicamentos e Indústria Farmacêutica, realizado de 22 a 25 de junho de 1975, na Câmara dos Deputados, possamos, com o trabalho que foi realizado, despertar a consciência nacionalista e, ao mesmo tempo, retirar da obscuridade homens de alta envergadura e capacidade de pesquisa, que nunca foram levados em consideração por serem nacionais.

⁴ Discurso proferido pelo Prof. Kurt Politzer na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em 23.6.1975, Brasília, D.F.

A grandeza e o desenvolvimento de um país se mede também pelo número de fármacos que ele usa, que, transformados em especialidades farmacêuticas comerciáveis, diz em bem da dimensão, do *status* de uma nação. E nós não escapamos desta máxima, pois perto de 30 mil espécies farmacêuticas são comercializadas livremente no Brasil.

Fármacos ou medicamentos são substâncias que retiramos do reino animal, vegetal, mineral, por fermentação, e o seu planejamento é de alto custo, e se torna bastante difícil, especialmente depois do acontecimento datado de 1966, no episódio dos bebês-monstros, produzidos pela talidomida, dando origem à formação e uma Comissão de Alto Nível no Senado Norte-Americano, presidida pelo Senador Estes Kefauver que, ao analisar perto de 1370 fármacos, verificou que apenas 41,3% tinham indicações e ação farmacodinâmica, mas não tão exageradas como as das propagandas em policromia acetinada. O restante, 58,7%, não servia, embora pudesse ser comercializado em outros países do Terceiro Mundo.

Apareceram, posteriormente, as chamadas Leis Orgânicas e o Controle de Qualidade e Similaridade dos fármacos ou especialidades farmacêuticas e, nos países civilizados, qualquer que seja o fármaco ou especialidade farmacêutica, tem que haver um período de carência de experimentação, de pelo menos dois ou três anos, em seu país de origem.

Nada disto ocorre no Brasil. Registram-se em massa, patentes e mais patentes de fármacos e especialidades farmacêuticas, só agora contidas pela bravura do Ministro Severo Gomes, da Indústria e Comércio, e de Paulo de Almeida Machado, do Ministério da Saúde. Com isto estamos quase conseguindo estancar a enxurrada de fármacos e especialidades farmacêuticas no Brasil.

Todas as fases pelas quais passa um fármaco, até à fase semipiloto industrial, e desta até à tecnologia de industrialização de especialidade farmacêutica, ocorrem nas matrizes, que se encontram fora da esfera de influência do Brasil. Aqui há apenas a aplicação de mão-de-obra física, o que significa dizer que as decisões no campo de fármacos, insumos e especialidades farmacêuticas, assim como de alimentos básicos e cosméticos, têm seu centro decisório fora do País, não sendo estabelecidas de governo para governo, mas de multinacional para governo.

6. Especialidades farmacêuticas

A partir de 1944 o Brasil foi invadido por uma enxurrada de panacéias sofisticadas, com um comprometimento também das autoridades e do pessoal da área biomédica, pela retirada da cadeira de farmacologia clínica ou terapêutica das escolas de medicina, o que acabou impedindo que os profissionais da área biomédica pudessem discernir, perfeitamente, e fazer uma prescrição terapêutica e posológica como mandam as normas da boa medicina.

Com a colocação dos problemas humanos, que decorrem da ação médica, na rudeza e inflexibilidade da "linha de montagem", a relação médico-paciente, que em sua profundidade é o relacionamento de uma confiança com uma consciência, foi intermediada pelos interesses industriais, que visam simplesmente o enriquecimento fácil (e cada vez mais fácil, em decorrência da publicidade), expressando-se em papéis multicores, acetinados, brindes policrômicos, coadjuvados por interesses pseudocientíficos em encontros financiados para a promoção dos *opinion makers* de determinados produtos, prática que envolve inclusive os aprendizes da medicina, ainda nos bancos escolares, através de um comprometimento que os transforma em "aprendizes de feiticeiro", tal a prestidigitação necessária para transformar o medicamento em objeto de consumo da massa.

As multinacionais não têm a preocupação moral do comprometimento com quaisquer entidades físicas ou jurídicas que possam, eventualmente, limitar suas sinistras intenções. Comprometem-se apenas consigo próprios, na redivisão dos mercados e no esforço de produzir cada vez maior número de panacéias, para obter a maior rentabilidade possível, não se importando com a sorte daqueles que, enganados, acolhem suas palavras e seus produtos como se do esforço científico realmente tivessem nascido, e não da imposição da economia de mercado.

Os exemplos de divergências atuais entre as multinacionais e os governos que as acoitam não constituem dúvida quanto ao fato de sua superação histórica. Com seu volume de negócios e sua flexibilidade, desestabilizam as economias nacionais, inclusive dos países onde estão sediadas, desmascarando-se publicamente quanto mais próxima se encontra a necessidade de sua transformação, haja vista que, em 1972, causaram ao governo americano quedas sucessivas no valor do dólar, provocando um prejuízo interno incomensurável, inclusive através do descrédito internacional das autoridades, cada vez mais incapazes de controlar a conjuntura anárquica em que as multinacionais as colocaram. De que adianta, na verdade, o instrumental keynesiano, criado com base no sistema econômico nacional, para disciplinar empresas que transcendem esse sistema?

De que adianta, por exemplo, adotar uma política monetária nacional, se a multinacional pode alterar as cotações internacionais do câmbio, aumentar ou diminuir o volume da liquidez, provocar *deficits* ou *supravits* nos diversos balanços de pagamentos?

O governo norte-americano foi o primeiro a perceber que não adiantava nada, quando falhou na tentativa de controlar a saída de dólares dos Estados Unidos, no final da década de 60. E foi obrigado a desvalorizar a moeda em 1971 e 1972. Sem os compromissos políticos, éticos e históricos dos governos, para limitar seus objetivos de rentabilidade e crescimento, as multinacionais avan-

cam com facilidade onde quer que o poder público se mostre embaraçado. Assumem, diretamente, funções que antes pertenciam à esfera oficial. E hoje pode-se vê-las discutindo não apenas as taxas de juros e os problemas da tecnologia, mas até a urbanização e os indicadores de aceitação da atual qualidade de vida das populações que lhes estão submetidas.

No recente Congresso da Câmara de Comércio Internacional realizado em Brasília nos meados de 1975 e que reuniu associações das multinacionais, bem como grandes empresas de investimentos, os temas sociais pareceram ocupar o centro das preocupações, na sugestão de medidas de contenção do desagrado social, em favor dos lucros crescentes de minorias "aristocráticas" no domínio da economia mundial.

É cada vez mais pública a desfaçatez das multinacionais: já não se pejam de alardear que não têm bandeira nem pátria, que seu objetivo é estar presente em todos os países do mundo, independentemente de regime político, como na União Soviética ou na China Continental, como vem de declarar o Presidente da Ford Motor Company:

"Nós, na Ford Motor Company, olhamos o mapa do mundo como se não existissem fronteiras. Nós não nos consideramos basicamente uma empresa americana. Nós somos uma empresa multinacional. E quando abordamos um governo que não gosta dos Estados Unidos, nós sempre lhe dizemos: De quem gostam vocês? da Inglaterra? Da Alemanha? Nós temos várias bandeiras. Nós exportamos de todos os países."

Quanto aos alimentos básicos e cosméticos, também o comportamento é o mesmo, inclusive porque uma boa parte dos alimentos básicos é levada de nosso País, especialmente as proteínas e carboidratos, já que temos o segundo maior rebanho bovino do mundo, enquanto nosso País permanece em constante e incorrigível fome energética.

7. Expectativas, perspectivas e intenções

A mente metafísica dos porta-vozes das multinacionais não é capaz de interpretar o mundo que elas mesmas criaram. Como o "aprendiz de feiticeiro" das lendas escocesas, já são incapazes de controlar as formidáveis forças produtivas que despertaram e não sabem recolocar na garrafa, embora sejam os portadores da maior tecnologia de engarrafamento de toda a humanidade. Por isso referem-se às crises que abalam o mundo moderno como se fossem compartimentos estanques. Falam em crise do ensino, em crise da autoridade (embora autoridade repressiva nunca lhes tenha faltado), em crise operária e sindical, em crise religiosa e crise moral, em crise da família, em crise de energia, em crise administrativa. Seu relógio emperrou pela excessiva exposição ao tempo, às

leis cegas da cronologia, e não há relojoeiro ou especialista em cibernética que possa devolver-lhes o “paraíso perdido” e a “harmonia preestabelecida”. Entretanto, a crise, que é geral, radica-se na intrascendência histórica das instituições anárquicas que a economia de mercado criou, razão pela qual não existem muitas crises, mas apenas uma — a crise global e final — que se reflete na insuficiência dos aparatos institucionais do imperialismo.

Estimularam a competição, para a qual é necessário o domínio das habilidades atávicas mais próximas à barbárie, para descobrir, tardiamente, que nem todos gostam de competir, quando desigualmente equipados. O que não querem perceber é que a humanidade, em relação aos interesses multinacionais, já “perdeu a esportiva”.

A intolerância diante dos países produtores de petróleo, que taxam os recursos não-renováveis da natureza segundo a “lei da raridade” mostra que, em matéria de medicamentos, as multinacionais não querem provar de seu próprio remédio. Vêem, com tristeza, que os países emergentes, ao fazerem seus acordos atômicos, resolveram também provar da maçã envenenada e, como Branca de Neve, perderam a pureza bíblica, extraindo os frutos a que têm direito, por herança adâmica, da “árvore da ciência do bem e do mal”.

O exemplo da OPEP demonstrou que os demais fornecedores de matérias-primas têm meios para exaurir à fome as vísceras do Minotauro.

Já estão aí as propostas irrespondidas do Brasil para a instauração de um “novo sistema econômico mundial”; Itaipu demonstra que o planejamento da economia esbarra em imposições naturais, que obrigam à cooperação e ao estabelecimento de planos comuns. Já se foi o tempo em que, através da tecnologia, o homem podia subjugar a natureza, ao mesmo tempo em que se tornava escravo da economia. A tarefa, agora, é libertar o homem das garras da impressão, da tarefa predatória em relação à natureza. O nível tecnológico mundial chegou a tal dimensão que já agridem as consciências mais empedernidas o desperdício e a miséria, o fortalecimento dos aparatos, que não mais encontram o referendo social.

A América Latina, nossa experiência mais imediata no contato com os grandes problemas mundiais, é formada por nações irmãs que têm a mesma herança histórica, fundada no cataclisma da expansão mercantil. A fronteira lingüística jamais se constituirá em empecilho para o trânsito das idéias de cooperação continental, já que a raiz de nossa proximidade cultural dá-nos o direito às mesmas reivindicações perante os grandes oligopólios que dividiram, em vassalagem ideológica, os mais distantes rincões do planeta, unindo-se no esforço de estender seus tentáculos aos pontos mais próximos da galáxia.

Summary

Pharmaceuticals and the pharmaceutical industry in Brazil

Starting from the general point of view that natural, human, and societal phenomena are interrelated, the author discusses the problems of pharmaceuticals and the pharmaceutical industry in Brazil not as specific and isolated problems, but rather as problems conditioned by economic, political, and social factors. In this light, author shows the growing relevance of pharmacology to other complex problems, in areas such as urbanization, industrial production, situational neurose, and the sovereignty of peoples.

The article's general line of historical interpretation is that the Brazilian labor movement, accompanying world-wide trends, achieved several important social conquests, such as free health care, which opened a window through which modern pharmacology entered. Pharmacology, in turn, brought with it medical advertising which, among other things, promoted products designed for self-medication. The result has been the development of an artificial market, which has led to a growing transfer abroad of patent rights, under the guise of royalties and administrative fees on imported medicine. This cumulative, circular pattern of causation can only be broken by exogenous factors, such as state intervention.

Based on the definition adopted by the World Health Organization, according to which good health is understood to be "a perfect state of physical, mental, and social well-being," the autor points on that the problems tied to pharmaceuticals can only be minimized after the social, economic and nutritional problems which caused them have been solved. Once this occurs, medicine will once again become what they always should have been: exceptional remedies for ever more exceptional diseases.

In specific terms, the article points out that the denationalization of the pharmaceutical industry has already reached the point where one can argue that the national pharmaceutical firm is an endangered species under almost complete foreign control. Of the 450 industries operating in Brazil, only 69 belong to multinational corporations: these 69, however, hold 96% of production and have total control over the technology used in the field. One consequence of this situation is the fact that, of the 1,300 new pharmaceuticals introduced in Brazil, virtually none of them meet the needs of those who suffer from Brazilian epidemiological diseases; rather, the pharmaceutical themselves are producing new diseases, for which new antidotes will be produced, etc.

The fact that all of the phases through which a pharmaceutical passes, from the semi-pilot industrial phase to the phase of industrialization of the pharmaceutical product, take place in the headquarters of these multinationals shows that the center of decision-making in the pharmaceutical industry is found outside Brazil. Therefore, one should not expect the industry's activities to meet the population's medical needs. This has led to a situation in which the human problems resulting from medical care are under the control of industrial interests concerned only about profits.

In an attempt to find some relief from these problems, the autor proposes the creation, in Brazil, of a Basic Law on pharmaceuticals, cosmetics, and basic foods, following the pattern already adopted in the very countries

where the multinationals in the pharmaceutical industry are based. In addition he expresses the hope that measures recently announced by governmental officials to support the industry's Brazilian firms will actually be put into effect.

In conclusion, the author states that multinational corporations, not merely in the pharmaceutical field, are like a "sorcerer's apprentice", since they are incapable of controlling the formidable productive forces which they generate: they no longer know-how to force this power back into the bottle, despite possessing history's greatest technology for bottling things up. It is not just the pharmaceutical industry that is in crisis, but the system as a whole. This crisis is a product of the past behavior of the unruly institutions which the market economy has created, and reflects in turn the institutional problems of imperialism. As a result of this situation, continental cooperation in Latin American terms is proposed, through which demands could be made on the great oligopolies.

Diapositivos da Unesco para educação artística

Uma coleção de **slides** que ilustra as concepções e os métodos atuais de ensino artístico. Cada série contém 30 **slides** e um livreto onde são encontrados textos explicativos sobre cada foto e uma introdução geral ao assunto tratado pela série.

Séries:

1. Brincar, explorar, perceber, criar.
2. O adolescente e a arte em três dimensões.
3. O despertar do interesse visual e plástico na educação artística.
4. A arte das crianças do Japão.
5. Desenho Industrial.
6. A arquitetura moderna no mundo.
7. As cartas gráficas a serviço da informação visual no mundo.
8. A arte das crianças africanas.
9. A arte das crianças da América Latina.

À venda nas livrarias da Fundação Getúlio Vargas
representante da Unesco no Brasil.